

INTERFERÊNCIA DA PREVENÇÃO DE RETENÇÃO DE PLACENTA COM PROSTAGLANDINA NA TAXA DE PREENHEZ EM VACAS DE CORTE¹

Leonardo Sasso Bernardi², Franciele Ceratti Dortzbacher³, Francini Palha⁴, Patricia Carvalho Gindri⁵, Denize Da Rosa Fraga⁶.

¹ 1 Pesquisa Institucional vinculada ao Grupo de Pesquisa em Saúde Animal da UNIJUI

² 2 Aluno do curso de Medicina Veterinária

³ 3 Aluna bolsista PIBIC/UNIJUI, do curso de medicina veterinária.

⁴ 4 Aluna do curso de medicina veterinária

⁵ 5 Aluna do curso de medicina veterinária

⁶ 6 Professora de medicina veterinária

INTRODUÇÃO

A retenção de placenta (RP) ainda hoje é um problema sanitário significativo em muitas propriedades. As membranas fetais devem ser eliminadas em até 12 horas após o parto ou abortamento, em casos de o período de eliminação da placenta for excedido, deve-se considerar a ocorrência da patologia. É caracterizada pela falha na separação das vilosidades da placenta fetal (cotilédones) com as criptas maternas (carúnculas) (PELIGRINO et al, 2008). Segundo ELLIOT et al. (1968) citado por PELIGRINO et al. (2008) a retenção é resultado de uma ausência nas contrações uterinas após o segundo estágio do trabalho de parto ou de uma lesão placentária que afeta a união entre as vilosidades fetais e as criptas maternas.

A importância econômica se traduz pela redução da rentabilidade, pois essa afecção provoca o atraso da involução uterina e reinício da atividade ovariana, aumentando o intervalo parto-concepção, gastos com medicamentos e mão-de-obra (FERNANDES, 2001). Embora seja um problema que acomete geralmente vacas mais velhas, pode ocorrer também em primíparas, nas quais o problema pode ser considerado ainda mais grave, pois a probabilidade de complicações subsequentes na vida reprodutiva desse animal aumenta, podendo levar até a futura infertilidade (LEAL, 2010).

Conforme MENSA (1949) mencionado por BULLING (2011) o principal sintoma observado é a ausência de expulsão das membranas fetais no seu todo ou em parte. Esta pode evoluir em cólicas, esforços expulsivos recorrentes, putrefação das membranas no útero a partir do 3º ou 5º dia pós-parto, com fluxo vulvar cinzento amarelado e fétido. Bovinos que apresentaram a RP após o parto

Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico

Evento: XXII Seminário de Iniciação Científica

pode-se encontrar um risco maior da afecção nos anos seguintes. Esse distúrbio pode ser desencadeado por uma série de fatores como: uma distensão excessiva do útero durante a gestação, partos distócicos ou prematuros, falha de manejo que submetam os animais a grandes estresses como o uso de choques elétricos ou cachorros nas mangueiras, deficiência de vitaminas e minerais na dieta, hipocalcemia, distúrbios hormonais e doenças como leptospirose, brucelose, entre outros (LEAL, 2010).

Este trabalho tem por finalidade estimar a taxa de prenhez em vacas mestiças de corte após aplicação de prostaglandina, via intramuscular, nas primeiras 24 horas pós-parto. Verificar se a ocorrência de retenção de placenta diminui a taxa de prenhez.

METODOLOGIA

O estudo foi realizado numa propriedade rural no município de Garruchos, Rio Grande do Sul-Brasil. Foram usadas vacas de corte mestiças, primíparas, sendo o peso médio do lote 380kg. Os animais foram identificados através de brincos na orelha, com numeração diferenciadas entre os grupos. O primeiro grupo denominado Tratado (GT, n=11) recebeu uma aplicação de 2mL de prostaglandina (Sincrocio®), via intramuscular, em até 24hs pós-parto. O segundo grupo denominado Controle (GC, n=11), não foi submetido a nenhum tratamento. O delineamento adotado foi completamente casualizado.

Os animais permaneceram em pastagem nativa, suplementados com sal mineral (40P) e submetidos à cobertura com monta natural no período de novembro de 2012 a fevereiro de 2013, sendo que todo o lote usado no estudo estava com cria ao pé. Após 30 dias do final da estação de monta, realizou-se o diagnóstico gestacional dos animais em questão através da palpação retal e ultrassonografia transretal.

Conforme os animais pariam observa-se e anotava-se a incidência de retenção de placenta nos mesmos. O rebanho não é vacinado para doenças reprodutivas (IBR, BVD e Leptospirose). Avaliou-se o escore dos animais ao parto e no dia da confirmação da gestação.

Este trabalho seguiu as determinações do Colégio Brasileiro de Experimentação Animal.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados obtidos foram de que no GT 4/11 animais estavam prenhes, ou seja 36,36% do total do grupo. Já o GC apresentou taxa de prenhez inferior (n=3/11), totalizando 27,27 % do grupo. Esse índice de concepção pode ser explicado pelo baixo Escore de Condição Corporal (ECC) dos animais, que segundo MORAES, et al. (2005) as vacas com cria ao pé têm maiores requerimentos

Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico

Evento: XXII Seminário de Iniciação Científica

nutricionais e em igualdade de condições de alimentação apresentam menores taxas de prenhez do que as vacas sem cria ao pé. VALLE et al., (1998) classifica os bovinos de corte com relação ao ECC, numa pontuação que varia na escala de 1 a 9, sendo então, 1 animal muito magro e 9 muito gordo. OLIVERIA et al., (2006) recomenda para rebanho de matrizes em média 5 a 7 (em escala de 1 a 9) pontos de escore de condição corporal ao parto, neste caso a média do escore corporal dos lotes era de 7. Porém, na época da confirmação da gestação o escore das mesmas diminui em média para 4, que esta abaixo do recomendado, revelando portanto que as matrizes sofreram de baixa disponibilidade de forragem pós-parto, o que interferiu na atividade cíclica e conseqüentemente aumentou a falha na concepção. Considerando este método para avaliar a condição corporal dos animais, o ideal é que no início à estação de monta as matrizes apresentem escore entre 5 e 6 (moderada a boa), assim aumentando a percentagem de prenhez das múltiparas e primíparas.

A correlação entre a condição corporal ao parto e o desempenho reprodutivo no pós-parto é altamente significativa. Vacas com boas condições corporais ao parto retornam ao cio mais cedo e apresentam maiores índices de concepção. Portanto, o monitoramento da condição corporal indica a necessidade de ajustes nos níveis nutricionais, de modo que, ao parto, a condição corporal adequada seja atingida (OLIVEIRA et al., 2006).

Nos sistemas extensivos de cria do Rio Grande do Sul são comuns taxas de 40% de gestações nas vacas com cria ao pé, porém existem métodos para sobressair esses resultados. Uma maneira de interferir positivamente no índice de natalidade é através do desmame temporário entre 60 a 90 dias pós-parto, por 4 dias, assim, aumentando a probabilidade de vacas com escore menor ficarem prenhas, semelhante as vacas com escore ideal, que é de 50% de concepção (MORAES, et al., 2005).

OLIVEIRA et al., (2006) complementa ainda que é de suma importância que, para vacas adultas, o período ideal para a duração da estação de monta deve ser entre dois e três meses. Para as novilhas, não deve ultrapassar 45 dias, e tanto seu início como final devem ser antecipados em pelo menos 30 dias em relação ao das múltiparas. Essa antecipação visa, principalmente, proporcionar às primíparas, por estarem ainda em crescimento e lactação, tempo suficiente para a recuperação do seu estado fisiológico e início do segundo período de monta, junto com as demais categorias de fêmeas.

Outro fator que pode ter provocado esse baixo índice de prenhez é a falha na suplementação mineral, que de acordo com FILAPPI et al., (2005) citado por PASA (2010), os minerais representam apenas cerca de 5% do peso total do corpo, mesmo assim, tem grande influência na produção do animal, acarretando acréscimos ou decréscimos na cadeia produtividade. A nutrição dos ruminantes influencia na reprodução, diretamente através do fornecimento de nutrientes

Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico
Evento: XXII Seminário de Iniciação Científica

específicos, que são necessários para os processos de desenvolvimento do folículo, ovulação, maturação oocitária, fertilização, sobrevivência embrionária e o estabelecimento da gestação.

Com relação a ocorrência de Retenção de Placenta nos grupos GT e GC não foi evidenciado casos de falhas na expulsão das membranas fetais. O que corresponde com estudo feito por VANWERVEN et al., (1992) citado por OLIVEIRA et al., (2009) que mostra que as vacas mais velhas apresentam maior tendência a apresentar retenção placentária, ou seja, 41% das vacas com mais de 3 partos tiveram retenção de placenta, enquanto entre as primíparas, somente 27% tiveram o problema.

A aplicação de prostaglandina foi realizada visando diminuir incidência de ocorrência de doenças uterinas pós-parto e com isto melhorar a taxa de prenhez. HORTA (1994), cita vários autores que usam a aplicação de PGF₂ como profilaxia a retenção de placenta. O primeiro estudo mencionado foi descrito por FUSSELL e COULSON (1980), que utiliza a PGF₂; na tentativa de resolver o problema, não tendo sucesso, pois a administração da droga foi feita muito tarde (>48 horas) em relação ao parto. Porém, KLINSKII et al., (1984), comprova a utilização de PGF₂; imediatamente após o parto espontâneo, conseguindo reduzir a incidência de 18% para 2,4%. STOCKER e WAELCHLI (1993) descreve eficiência da droga em vacas submetidas à cesariana, administrando 25mg de PGF₂;, conseguindo prevenir a retenção placentária em 80% dos animais tratados contra 58,5% dos do grupo placebo.

Apesar de não ter ocorrido casos de retenção das membranas fetais nos GT e GC a taxa de prenhez foi maior nos animais que receberam aplicação de prostaglandina 24 horas pós-parto. O útero de vacas que apresentam complicações no puerpério, como retenção de placenta e doenças metabólicas, involui mais lentamente que o de vacas com parto normal. Vale ressaltar, que a involução uterina completa pós-parto segundo MCENTEE (1990) citado por MARTINS (2011) é caracterizada pela ocorrência simultânea de redução do tamanho dos cornos, perda tecidual, reepitelização, ausência de conteúdo uterino e contração do tecido muscular da cérvix. Quanto à duração desse período CARLA MARQUES & HORTA (1987) citado por LOPES (2007) encontraram um intervalo de aproximadamente 40 dias.

LOPES (2007) cita LINDELL & KINDAHL (1983), que utilizaram a PGF₂; em vacas, aplicando-a duas vezes ao dia, do dia 03 ao dia 13, tendo como resultado em média de 20 dias até a completa involução uterina, concluindo que há uma significativa relação entre a duração dos elevados níveis de PGF₂; e o tempo para completar a regressão uterina.

Os resultados obtidos foram de pouca diferença entre os GT e GC, porém, para se alcançar resultados mais efetivos, necessita-se de um “n” maior de animais testados. O que não pôde ser

Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico
Evento: XXII Seminário de Iniciação Científica

realizado, devido a grande dificuldade do manejo com as vacas de corte, principalmente em período menor que 24 horas de parição.

CONCLUSÃO

A taxa de prenhez das vacas mestiças de corte do grupo tratado com prostaglandina até 24 horas pós-parto foi superior e a ocorrência de retenção de placenta foi nula neste trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: infecção; pós-parto; bovinocultura de corte; reprodução;

REFERÊNCIAS

- BULLING, C. ULIANA, F; STRACK, L; TRAUER, R; BORGES, L. F. Retenção de placenta-revisão bibliográfica. XVI Seminário Interinstitucional de Ensino, Pesquisa e Extensão, XVI Mostra de Iniciação Científica, IX Mostra de Extensão. UNICRUZ. 2011.
- FERNANDES, C. A. de C. Infecções uterinas em bovinos. 2001. Acessado em: <http://www.beefpoint.com.br/radares-tecnicos/reproducao/infeccoes-uterinas-em-bovinos-parte-1-5047/>.
- HORTA, A. E. M. Etiopatogenia e terapêutica da retenção placentária nos bovinos. Proc. 7as Jornadas Internacionales de Reproducción Animal, Murcia, p. 181-192. Vale de Santarém-Portugal, 1994.
- LEAL, S. del C. B. de S; SCHWEGLER, E; JACOMETO, C. B; CORREÂ, M. N. Retenção de placenta em vacas leiteiras. Pelotas. Junho, 2010.
- LOPES, D. T. Efeitos da utilização de prostaglandina F2 α ; durante o puerpério precoce sobre a eficiência reprodutiva de vacas leiteiras. Goiânia, 2007.
- MARTINS, T. M; BORGES, Á. M. Avaliação uterina em vacas durante o puerpério. Revista Brasileira em Reprodução Animal, v. 35, n. 4, out/dez, p. 433-443. Belo Horizonte, 2011.
- MORAES, J. C. F; JAUME, C. M; SOUZA, C. J. H. Controle da reprodução em bovinos de corte. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. Bagé- RS, dezembro, 2005.
- OLIVEIRA, D. A; NEIVA, A. Retenção de placenta: fatores predisponentes, tratamento e controle. 2009. Acessado em: <http://rehagro.com.br/plus/modulos/noticias/ler.php?cdnoticia=1837>.
- OLIVEIRA, R. L; BARBOSA, M. A. A. F; LADEIRA, M. M; SILVA, M. M. P; ZIVIANI, A. C; BAGALDO, A. R. Nutrição e manejo de bovinos de corte na fase de cria. Rev. Bras. Saúde Prod. An. v. 7, n.1, p. 57-86, 2006.
- PASA, C. Relação reprodução animal e os minerais. Revista biodiversidade v. 9, n. 1, 2010.
- PELIGRINO, R. do C; ANDRADE, L. R. de M; CARNEIRO, L. F. Retenção de placenta em vacas. Revista Científica Eletônica de Medicina Veterinária. Ano VI, n. 10, janeiro, 2008.
- VALLE, E. R; ANDREOTTI, R; THIAGO, L. R. L de S. Estratégias para aumento da eficiência reprodutiva e produtiva em bovinos de corte. Campo Grande: EMBRAPA-CNPGC, 1998.

Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico
Evento: XXII Seminário de Iniciação Científica